

## **SERÁFICO: MEMÓRIAS DO GOLPE NA AMAZÔNIA PARAENSE**

Jaime Cuéllar Velarde<sup>1</sup>

(...) desde que levei a bofetada, ocupava toda minha atenção a ansiedade por avisar os familiares dos que estavam comigo na sede da UAP e não tinham um pai às proximidades dos acontecimentos. Eu o tinha, e por isso fui socorrido. Quanto à bofetada em si, ela me pareceu apenas um despropósito de quem se esconde atrás da culatra de uma arma de fogo. Doeram-me mais aos ouvidos as palavras de baixo calão que o oficial pronunciou, ao esbofetear-me (José Seráfico de Carvalho, por e-mail em 1º de setembro de 2011).

José Seráfico de Carvalho consta nas memórias do golpe Civil-Militar da história paraense brasileira por ter sido vítima de uma bofetada desferida pelo comandante José Lopes de Oliveira, ou “Peixe Agulha”, quando a UAP (União Acadêmica Paraense), em Belém (PA), foi invadida na noite de 1º de abril de 1964. O agressor carregava uma pistola na mão esquerda e desferiu o golpe contra o rosto de sua vítima com a mão direita. A cena, descrita em “1964. Relatos subversivos”, fez doer minha alma pela estupidez do gesto. Esta indignação catapultou minha ânsia para conhecer academicamente as memórias deste personagem à época do golpe Civil-Militar no Pará.

Nas primeiras leituras sobre o dia 1º de abril de 1964 no Pará, deparei-me com aquele fato que julgo ser o primeiro ato da violência física dos golpistas contra a sociedade civil. Um dentre tantos outros ocorridos nos anos seguintes. Dei-me conta do quão *sui generis* era este personagem e do quanto ainda tinha ações nubladas para a academia e o entendimento do regime de exceção. Era preciso situar este sujeito na ordem dos fatos e resistências daquele evento. É o que trato de fazer doravante.

Naquela altura, conforme ensina Portelli (1997), em outubro de 2011 eu e Seráfico iniciamos mútua análise “entre as vistas” de um e de outro. Os dois contatos para gestar este texto se deram no apartamento localizado bem próximo à Basílica de Nazaré, em Belém (PA). Na ocasião, expliquei-lhe os objetivos de minha pesquisa e fui prontamente acolhido com uma resposta animadora para este incipiente pesquisador de memórias.

---

\* Seduc – PA  
Mestre em Comunicação, Linguagens e Cultura.

O primeiro ponto da narrativa é sobre o fato de que não conseguiu emprego em lugar algum na capital paraense após sua prisão. Tampouco pode reaver seu emprego de noticiário no jornal “O Dia”. Havia passado cinquenta e nove dias preso, tempo suficiente para que as forças do poder impregnassem de medo sua readmissão.

Em suas memórias, a sede da UAP estava movimentada naquela manhã e tarde do dia 1º de abril de 1964. Os estudantes – e toda a sociedade paraense, incluindo militares – ouviam atentamente sobre os diversos rumores das ações movidas pela iniciativa de Olympio Mourão. As notícias da “revolução”<sup>2</sup> estavam ventiladas aos quatro cantos de toda a região metropolitana de Belém. Por isso, desde o início da tarde os universitários divulgavam arduamente o manifesto escrito pelo próprio Seráfico o qual defendia a legalidade e dizia “não” ao golpismo. Tudo caminharia nos mesmos moldes do que a experiência havia mostrado no caso da “Campanha da Legalidade”, movida por Brizola, no episódio da posse de João Goulart. Os historiadores Konrad e Lameira (2011), bem ensinam sobre os esforços por vias democráticas para a posse de João Goulart, após a vacância do cargo de Presidente da República deixado pelos ímpetus do ex-presidente Jânio Quadros, em agosto de 1961<sup>3</sup>.

O manifesto havia sido redigido por um pedido feito a Seráfico pelo Presidente da UAP, o estudante de Direito Pedro Galvão de Lima. Entretanto, um fato piorou ainda mais os ânimos dos estudantes: a gráfica Sagrada Família, que confeccionava o manifesto, havia avisado as autoridades sobre aquela encomenda e, por isso, teve confiscado todo o material por uma alta patente da 8ª Região Militar, o Major Moura. Tal notícia, como não poderia deixar de ser, tresloucou os estudantes. É válido lembrar que dois dias antes, no dia 30 de março, a edição do “Tarefa”, de Paes Loureiro havia sido apreendida e destruída pela Marinha do Brasil no episódio conhecido como a invasão dos “lenços brancos” na reunião do SLARDES (I Seminário Latino Americano de Reforma e Democratização do Ensino Superior), no Auditório de Odontologia da Universidade Federal do Pará. Este fato ainda

---

<sup>2</sup> Nas batalhas da memória, conforme assinalou Ridenti (2004), o evento de 1964 foi interpretado como “revolução” a partir do lugar social daqueles que o executaram. Julgavam-se, ou assim pretendiam serem vistos, como heróis do Brasil. Passados aqueles momentos, a partir do encerramento político dos governos militares, tem sido grande o esforço para dar outros sentidos para o regime iniciado de 1964-85. Ao longo deste texto trabalho com a ideia de que houve um golpe instrumentalizado por setores civis (empresários, em sua maioria) e militares.

<sup>3</sup> Sobre este tema, ver Konrad e Lameira (2011). Ambos propõem o fato da Campanha da Legalidade ter sido “um fato singular” para compreender o processo ditatorial. Afirmam ainda que 1964 foi antecedido por antagonismo político entre os segmentos econômicos conservadores e os segmentos alinhados com as críticas ao modelo capitalista daqueles tempos. De posse desta certeza, é bem provável que as esquerdas paraenses, em Belém, tivessem a ingenuidade de repetir aquele momento *sui generis*.

não havia sido digerido pelos jovens universitários. Os acadêmicos de Direito, colegas do autor, então, eram os mais exaltados. Esse clima de apreensão aflorava ainda mais os nervos.<sup>4</sup>

A posição da gráfica foi que os estudantes buscassem explicações com o Major Moura sobre o confisco da encomenda. Assim o fez Seráfico, apoiado pelo presidente da UAP Pedro Galvão. Por telefone, os incautos estudantes argumentaram sobre o caráter ilegal daquela atitude. Ouviram do Major Moura, com uma calma desconfortante, que Seráfico fosse até a 8ª Região Militar para “compreender melhor o que estava acontecendo”. Ponto crucial da narrativa, descrita da seguinte maneira:

Naquele momento, o gerente da gráfica Sagrada Família, que era na Rua Independência então, hoje Magalhães Barata disse que dispunha do telefone do Major Moura, que eu ligasse para ele. E eu disse, ao telefone, ao Major Moura, porque tentei falar com ele, que ele estava desrespeitando o Chefe das Forças Armadas, o Chefe Constitucional das Forças Armadas, que o errado era ele e não nós que defendíamos a manutenção. E ele então, com muita cortesia, me pediu para visitar o Comando da Região. Eu, obviamente, seria “Daniel entrar na toca dos leões”. Então, o que fizemos nós? Optamos por eu redigir novo manifesto e voltamos a sede da União Acadêmica Paraense (José Seráfico de Carvalho, entrevistas em 07 e 09 de outubro de 2011).

A atitude de José Seráfico foi de ordem prática. Era preciso arregaçar as mangas e tratar de efetivar aquilo que o movimento estudantil julgou ser a saída mais lógica: redigir outro documento e tratar de distribuir entre os transeuntes próximos à sede da UAP. Não sabiam os estudantes que não lhes restava tempo para ações mais ousadas como ocorrera no episódio com Brizola. Em uma jogada desesperada, mas de otimismo, foram buscar junto ao general Orlando Ramagem algum apoio de ordem institucional.

O tempo que houve entre esses episódios e a invasão sofrida pela UAP só bastou para fazermos novo manifesto, distribuirmos à população que passava nos ônibus, passava na rua em frente à União Acadêmica e depois irmos visitar o general Orlando Ramagem, na casa em que ele morava na Rua Doutor Moraes e voltarmos depois daquele encontro e que notamos o general muito, digamos assim, muito tartamudeante, muito hesitante e realmente não sabíamos na verdade se ele ia honrar o compromisso de defender aquele que o havia nomeado ou se ao contrário, como afinal aconteceu ocorrendo, tinha traído (José Seráfico de Carvalho, entrevistas em 07 e 09 de outubro de 2011).

A postura reticente do general Ramagem antecipava as cenas seguintes. A leitura de José Seráfico acerca do comportamento *tartamudeante* do general fora precisa. De fato, ao captar a insegurança de Ramagem, Seráfico antevia não ser este o sujeito a tomar frente

---

4 Sobre este tema, ver Velarde (2012).

da cena política nos anos seguintes na Amazônia Paraense. Seriam Jarbas Passarinho, em especial, entremeando o poder com Alacid Nunes, as duas principais lideranças da situação. Ao cruzar informações com Alfredo Oliveira e Ruy Antonio Barata<sup>5</sup> a mesma informação voltou a ser dita.

Tivessem buscado o tenente Jarbas Passarinho para maiores esclarecimentos sobre a apreensão do material na gráfica, sairiam de lá com a certeza de que o Golpe Civil-Militar era irreversível naquela altura. Enquanto buscavam respostas com Orlando Ramage outras ações estavam sendo arquitetadas para o êxito do golpe. Naquele exato momento, o Coronel Peixe Agulha havia recebido ordens para desbaratar qualquer reunião tão logo chegasse a noite. E ao anoitecer, as tropas tomaram conta da antiga Rua São Jerônimo. Assestaram metralhadoras no chão, cercaram pelos fundos a sede da UAP, arrombaram aos chutes a porta, talvez estivesse só encostada, invadiram truculentamente. Destruíram o teatro que detinha medidas acanhadas, mas cumpria seu propósito como qualquer tablado. Jogaram papéis pelo ar, estantes ao chão, mimeógrafos e aparelhos de som empastelados. E, ato contínuo, na ânsia de escapar, Seráfico correu fugir pela porta da frente: levou o bofetão!

Além daquela bofetada, o Peixe Agulha esteve atravessado em seus percursos de existência. Isso o forçou a empreender outras táticas de trabalho para obter seu sustento, mas sempre com o auxílio da família, amigos e, principalmente, com camaradas engajados na luta pela redemocratização do país. Ainda não havia chegado o ano de 1968, com o famigerado AI-5, que fechou quaisquer possibilidades de diálogos de civis descontentes com a ditadura instalada. Ainda assim, na Belém provinciana dos anos 1960, os discursos raivosos de ataques à honra eram constantes.

Quanto a isto, José Seráfico de Carvalho descreveu como “a pior sensação”. Não por ter sido ele uma vítima do novo regime autoritário, mas também pelas portas fechadas para as oportunidades de levar “o Brasil a uma democracia plena, sem tanta desigualdade”. Com isto, também “ia paro ralo a intenção de seguir carreira política”, como ele próprio afirmou em tom melancólico. Tais informações, vindas por e-mail, eram instigantemente perturbadoras para mim. Afinal de contas, o contato que eu tivera com documentos sobre o

---

<sup>5</sup> Sobre as entrevistas de ambos, ver (VELARDE: 2012).

golpe eram anteriores ao próprio evento.<sup>6</sup> Significa dizer que eu aquelas informações eram de torpeza e frieza que não esperava até aquele momento.

Ao longo do mesmo e-mail, dei-me conta que Seráfico se apresentava com a identidade de um sujeito cuja sublimação estava despojada de valores materiais, conforme detalha abaixo:

A pior sensação, todavia, não esteve nos empregos perdidos, nem na prisão. Mais que tudo, magoava-me a destruição de uma caminhada que, certamente, levaria o Brasil a uma democracia plena, sem tanta desigualdade.

(...)

Pouco mais de dois anos após o golpe militar, busquei em Manaus as portas que se fecharam na cidade onde nasci. Isso serve para começo? (José Seráfico de Carvalho, por e-mail, em 01 de outubro de 2011).

A “destruição da caminhada” havia sido avassaladora. As prisões, censuras e as pechas de subversivos haviam afastado amigos e possibilidades de empregos. As notícias de casos parecidos ao seu talvez lhe trouxessem inseguranças, como o caso da prisão do poeta e recém-formado pelo curso de Direito, João de Jesus Paes Loureiro. Vários colegas de faculdade, por instrução das convicções políticas dos pais ou deles próprios, também se afastaram. Junto com o distanciamento dissimulado dos amigos, outras dificuldades apareciam. O ostracismo estava onde estivessem José Seráfico de Carvalho e Paes Loureiro. Andar na cidade trazia a aparente sensação de liberdade, mas estavam sendo observados, vigiados e, pior ainda, repudiados.

Em pouco tempo, todos os estudantes presos na invasão da UAP foram estereotipados como ameaças ou perigosos para a segurança da nação. *Ser subversivo* havia transformado José Seráfico de Carvalho em *persona non grata* dentro de Belém. O mesmo ocorreu com todos os sujeitos que pesquisei na altura da escrita dissertativa, com a exceção feminina de Dulce Rosa de Bacelar Rocque<sup>7</sup>: foi para Manaus, capital do Amazonas, buscando alternativa para as portas de possibilidades em Belém, que estava fechadas enquanto durasse a ditadura. Lá, casou e fincou raízes.

---

6 Realizei pesquisa com jornais de grande circulação no Pará, entre os anos de 1961-64. Na ocasião pretendi dar conta de discursos postos em circulação que alarmavam a população com o medo do “perigo comunista” avizinhado com a presença da Revolução Cubana (1959), com cunho socialista a partir de 1961. Sobre este tema, ver (VELARDE: 2005).

7 Dulce Rosa não chegou a ser presa por conta do golpe civil-militar. Foi convidada a adentrar ao PCB dias após o 1º de abril de 1964. O interesse para sua participação junto ao processo de resistência se dava pela facilidade da mesma em circular pelos espaços da cidade sem ser percebida como agente da resistência comunista.

Com a entrevista, algumas novidades. A primeira foi notadamente a influência juvenil do ideal revolucionário nas Américas. Em 1961 ou 1962, não se recorda precisamente, adentrou nas fileiras do PCB paraense. Tal decisão havia sido municida pelo sonho em construir um Brasil “ideal” para aquele jovem apaixonado pelos ideais revolucionários que pululavam na década de 1960 por ocasião do sucesso da Revolução Cubana. Havia incorporado para si os valores disseminados por Che Guevara, conforme deixa entrever a partir do trecho abaixo:

Não tardou a que estivéssemos na Faculdade de Direito. Lugar que fizemos crescer nossa empáfia e cultivamos a certeza de que o mundo nos pertencia. Por isso, por ser coisa que nos apropriávamos, com ele tínhamos responsabilidades, não apenas o desfrute das coisas boas que ele poderia proporcionar. (...) Nada disso me impediu de ingressar no Partido Comunista e, segundo sua orientação envolver-me sempre mais na luta pela construção de um Brasil que 1964 abortou (NUNES, 2004, p. 180)

Ato contínuo, ao adentrar na Universidade Federal do Pará, engajou-se mais ainda nos enfrentamentos e denúncias daquilo que julgava corromper as possibilidades de um “mundo melhor e mais justo”. Encontrou na direção de “tabloides” uma válvula de escape para dar vazão aos projetos de um “mundo melhor e mais justo”. Com o pequeno jornal da União Acadêmica, era possível denunciar empresários e políticos aliados ao IBAD (Instituto Brasileiro de Ação Democrática), cujas práticas fossem espúrias, conforme narra abaixo:

Com Heitor Vieira Dourado fui nomeado assessor de imprensa e dividi com José Mariano Klautau de Araújo a direção do Tabloide-UAP, que saiu em apenas quatro edições. O suficiente para marcar uma época e desencadear a ira dos opositores políticos, dentro e fora da Universidade. Não sem carradas de razão. Como desejar que políticos financiados pelo IBAD (Instituto Brasileiro de Ação Democrática), órgão sustentado por empresários e envolvido na preparação do golpe militar de 1964, aceitassem a denúncia provada que divulgamos? Talvez ninguém suspeitasse de que jovens universitários, de classe média a maioria, chegassem às informações que o T-UAP divulgou. Pena que naquela manhã ensolarada em que o jornalzinho agitou a vida da cidade, os financiados estivessem no pleno gozo dos mandatos conquistados com a ajuda que considerávamos espúria (NUNES, 2004, p. 181).

A narrativa é bem clara quanto aos resultados que as atividades à frente do T-UAP levantaram junto aos denunciados. Causou “ira dos opositores”, relatou. De fato, o jornal impresso, por meio da organização de todo discurso, tem o estonteante poder de gerar burburinhos inclusive com aqueles que não fossem letrados. Praças, janelas, botecos, salas poderiam servir de espaços de divulgação de tais denúncias. Assim o objetivo daquele

tabloide cumpria sua função de denunciar, mesmo que sem atingir os alicerces dos maus escrúpulos dos poderosos no poder.

Ainda sem conseguir modificar a estrutura social ou econômica, os articuladores do T-UAP se orgulhavam da notoriedade alcançada pelos burburinhos causados. José Seráfico de Carvalho estava entre os notáveis estudantes da Amazônia Paraense de 1964 que, mesmo indiretamente, pensavam progressivamente e pretendiam desestruturar os tradicionais alicerces da sociedade patriarcal. Criticar práticas espúrias poderia ser prática inerente aos rompantes da jovem idade, mas poderia ser mostra da *identidade* política<sup>8</sup> construída pela influência do pai, o Sr. João Seráfico.<sup>9</sup>

A narrativa de José Seráfico de Carvalho em “1964. Relatos subversivos” é detalhada quanto ao teor da matéria do T-UAP. Certamente, pretendia com o texto enfatizar sua postura de sujeito disposto a transformar o mundo naquela efervescente década. Este detalhe, aliás, é mencionado pelo próprio narrador, conforme detalha abaixo:

(...) Nem o número do cheque e o banco eram omitidos. Mesmo a data de emissão estava com todas as letras no T-UAP. Mais nos encheira de orgulho a repercussão de nossa ousadia, na Assembleia Legislativa. Pegados com a boca na botija, restava aos comprados pelo IBAD lançar-nos infâmias e ofensas, nenhuma delas, porém, nos afetou, valera a pena acordar mais cedo e aumentar a rotineira agitação do Ver-o-Peso. (...) Madrugáramos para anunciar à população quanto era enganada. Se os tempos eram efervescentes, fervia em nós certo desejo de mudar o mundo – e era isso que estávamos tentando. É certo que muitos, no caminho, perderam de vista esse ideal (NUNES, 2004, p. 182).

Assim, não é de se admirar o sentimento de vingança que os tais empresários denunciados pudessem nutrir contra os estudantes/jornalistas. E José Seráfico de Carvalho ao invés de temer, gabava-se do feito. Convicto pela necessidade de emplacar efetivas mudanças na estrutura social e político que o circundava, e o incomodava.

Se de um lado, o jornal impresso poderia servir como instrumento de “satanização do termo comunista”<sup>10</sup>; por outro, poderia servir para debater e ampliar o debate acerca do

---

<sup>8</sup> Neste artigo, trabalho com o conceito de identidade forjado por HALL (2006, 2003).

<sup>9</sup> João Seráfico de Assis Carvalho viveu quase nove décadas em Belém. Constituiu família com a Sra. Oneide, com a qual teve nove filhos. Homem de convicções morais e intelectuais, João Seráfico conseguiu empreender sua formação de caráter aos filhos. José Seráfico de Carvalho, o filho, era ardoroso observador dos costumes e tradições seguidas pelo pai. Em 2010, pela editora Paka-Tatu, publicou biografia do pai, dando ênfase a estes aspectos. Com esta atitude, posso inferir acerca da admiração nutrida pelo genitor. É possível também constatar que a identidade de José Seráfico de Carvalho está intimamente atravessada pela formação política, mas, principalmente, familiar. Sobre este tema, ver (CARVALHO, 2010).

<sup>10</sup> Ver (VELARDE, 2005), a respeito do uso dos jornais por parte das elites retrógradas na Amazônia para denunciar eventuais sujeitos e ideias subversivas, em especial, àquelas ligadas à Revolução Cubana, deflagrada em 1959.

Socialismo no mundo. O estado autoritário, de posse desta certeza, promoveu intensas campanhas para silenciar a imprensa paralela ao poder instituído.<sup>11</sup> A artimanha de valer-se de uma imprensa livre e comprometida com “a verdade” era utilizada por José Seráfico de Carvalho e camaradas do mesmo engajamento político. Sempre no intuito de “mudar o mundo”, conforme declarou abaixo:

Éramos, portanto, uma juventude interessada em mudar o mundo, mas só isso. Animava-nos o desejo de ver emplacada a solidariedade ao invés da competição. Cedo percebêramos a felicidade como o grande objetivo – e o mais legítimo – da sociedade humana. Não nos agradava, por isso, ver transportada para a vida social, onde o ser humano dá vazão às suas potencialidades e constrói a cultura, a mesma lógica da cadeia alimentar que mantém o mundo animal em equilíbrio. Se, na selva, a predação é essencial, na sociedade dos homens ela não pode chegar a bons resultados (NUNES, 2004. p. 185) grifo meu.

Os predadores acima grifados eram os civis e militares ansiosos por silenciar quaisquer tipos de oposições. E estes se manifestaram raivosamente a partir daquele famigerado golpe Civil-Militar em 1º de abril de 1964. Passados quarenta e sete anos daquele momento (no momento das entrevistas), José Seráfico de Carvalho vivia ares democráticos, mas as lutas contra os predadores ainda se fazem necessários. Fez questão de enfatizar isso ao longo de nossas “entre-vistas”, como bem ensinou Portelli (1997).

Sobre a descrição da prisão no 1º dia do golpe, na Quinta Companhia de Guardas, depreendi tratar-se do *ressentiment* avisado por Vecchi (2004). Este autor, ao perceber uma geração “ressentida”, referindo-se ao grupo de pré-modernistas brasileiros inspirou-me a criar inferências acerca das personagens amazônicas convencionadas como cânones da resistência à ditadura: José Seráfico, a partir de ações cotidianas, estabeleceu outras imagens identitárias de si. A imagem de *subversivo*, construída por outrem inclusive pela mídia desde a década do golpe, passava por um processo de *valorização*, ao invés da depreciação. Deixou de ser meramente jovem com “passado criminoso” para idealista de um mundo melhor. Essa interpretação positiva começou a ser (re)construída – especialmente dentro do circuito acadêmico – a partir da publicação de “1964. Relatos subversivos”, em 2004, quando havia passado (des)confortáveis 40 anos do fatídico ano do golpe.

---

11 Neste trabalho a autora discute as tênues relações entre práticas autoritárias e o livre exercício da imprensa nos periódicos “O Estado de São Paulo” e o “Movimento”, estudo feito por uma década após o AI-5, portanto entre 1968-78. Sobre o tema, ver (AQUINO, 1999).

Passadas estas quatro décadas, a Universidade Federal do Pará chamou para si a responsabilidade de discutir a temática do golpe e ditadura. E neste contexto dei início a investidas em livrarias, sites especializados, sebos, para aplacar minhas ânsias por conhecer mais sobre o tema. Assim, aquiesci leituras que me foram significativas e hoje compõem meu repertório sobre o tema. A primeira e, talvez, mais contundente pela incipiência das discussões em tempos de abertura do regime, deu-se pela publicação em julho de 1985 capitaneado e prefaciado pelo cardeal Dom Paulo Evaristo Arns. Sob os cuidados da Editora Vozes, estourou *no colo* dos militares o livro “Brasil: Nunca Mais” (ou BNM, como é comumente chamado). A pesquisa foi densa e ocorreu nas barbas dos generais, conforme marcou aquele prefácio. A obra discorria sobre os castigos cruéis, desumanos, nos porões da ditadura. Não se eximiu de abordar o sistema repressivo do Estado para com o cidadão mediano, mostrou locais de tortura com depoimentos crus de presos/sobreviventes. Nomes, documentos, fotografias, sustentavam a argumentação. Aquela publicação, pela postura esclarecedora dos porões da ditadura influenciou os pesquisadores dos anos 1990 e 2000.

O BNM não ficou sem resposta. Talvez um pouco tarde e sem o mesmo estardalhaço do antecessor, em 2007, chegou ao mercado o livro “Orvil”. Era o contra ataque dos militares para o BNM. Pouco se sabe sobre as razões da rala e escassa divulgação, mas com “Olho por olho: os livros secretos da ditadura”, de 2009, o jornalista Lucas Figueiredo, narra a história das arquiteturas para produzir o BNM (Brasil: Nunca Mais) e do “Orvil” (a palavra *livro* escrita ao contrário). Segundo Figueiredo, “Orvil” pretendia ser uma resposta ao religioso Dom Evaristo Arns (um dos mentores do BNM) e seus financiadores. Entretanto, como bem observa, não obteve êxito na proporção de seu antagonista. O âmago de “Olho por olho” é, mais do que mostrar como se produziram as pesquisas para os dois livros em questão, mas demonstrar que desde 1979 até 2007 foi travada uma *batalha silenciosa e suja* entre essas duas forças dissonantes. Embora Figueiredo intente mostrar a história dos dois livros, cumpre melhor missão ao demonstrar as astúcias para a produção do BNM.

Com o caminho aberto pelo BNM, como em toda efeméride, o ano de 2004 proporcionou uma avalanche editorial. Entretanto, dois anos antes, em 2002, Elio Gaspari, já havia publicado “A ditadura escancarada” e “A ditadura envergonhada”. Este, com análises envolventes e escrita para ser lida com *dedo em riste*, mostrou a alta patente arrependida, bem como o uso despudorado da violência para fazer valer seus projetos de

poder. Os títulos das obras, por si só, já anunciavam ruptura com as clássicas análises estruturalistas marxistas que ainda eram majoritárias nas universidades. Elio Gaspari lançou ainda mais dois petardos intitulados “A Ditadura Derrotada” (2003), “A Ditadura Encurralada” (2004). Todos cumpriam análises sobre os bastidores do regime com cunho de denúncia.

Naquela ocasião, outras produções lançadas ao mercado editorial no mesmo ano traziam à tona a temática da ditadura Civil-Militar em esfera nacional. Dentre os principais, destaco os trabalhos de Kushnir (2004), Fico (2004), Reis (2004), Motta (2004) e Ridenti (2004). Por ser um ano emblemático para a temática ditatorial por conta dos 40 anos, estas produções semearam perspicácias.

“O golpe e a ditadura militar: 40 anos depois (1964-2004)”, lançado também em 2004, e organizado por Daniel Aarão Reis, Marcelo Ridenti e Rodrigo Patto Sá Motta, trouxe, talvez, o maior fôlego para a pesquisa *sub judice* dos Estudos Culturais, campo teórico-metodológico interdisciplinar e, muitas vezes, indisciplinado por implodir convenções (NELSON et al., 2005). As análises ao explorarem novas fontes tais como charges, músicas, depoimentos, jornais, possibilitaram encenar a memória (REIS, 2004) e as múltiplas temporalidades na escrita sobre o tema da Ditadura Civil-Militar (DELGADO, 2004).

Marcelo Ridenti, um dos autores de “O golpe e a ditadura militar: 40 anos depois (1964-2004)”, em 1993, havia lançado “O fantasma da revolução brasileira”, em alusão às derrotas acumuladas pelas esquerdas brasileiras. Desde as músicas de protesto capitaneadas por Chico Buarque e Caetano Veloso, até a Guerrilha do Araguaia, com as inúmeras mortes no interior do Brasil, o autor discorreu sobre acertos, avanços e retrocessos da luta engajada contra a Ditadura Civil-Militar. Entretanto, era o ano de lançamento daquele trabalho de 1993. A ditadura havia capitulado recentemente (1985), com eleições diretas para presidente somente em 1989. Ou seja, sua pesquisa estava impregnada por ranços imediatistas que exigiam mais pressa nas mudanças sociais e políticas do país. Situar este trabalho no tempo-espaço para ser analisado é ação fundamental para a compreensão e escrita da história.

Em 2008, como consequência de sua pesquisa de Mestrado, Maria Ribeiro do Valle, já estava com a 2ª edição do trabalho intitulado “1968: O diálogo é a violência: movimento estudantil e ditadura militar no Brasil”. O livro, sugeriu a região sudeste como palco maior das resistências de organizações estudantis. Privilegiando o *locus* da pesquisa

naquela região e sequer mencionando a região norte, acabou por deixar a Amazônia como palco inexistente, nas margens, inclusive dos rios e matas. Sem nenhum trocadilho. O desdobramento positivo da autora reside o método da investigação: jornais, documentos e discursos (de Centros Acadêmicos e das Forças Armadas) para perceber *o povo* (sic) como protagonista na antítese ao projeto de poder dos militares, ainda que a moeda de troca entre ambos tenha sido a truculência dos cassetetes e cavalarias, com prejuízos maiores para os jovens inconformados.

Na mesma temática da opressão estatal, Anthony W. Pereira, norte americano brasilianista, fez abordagem estrutural no cone sul latino. Com “Ditadura e Repressão: o autoritarismo e o estado de direito no Brasil, Chile e na Argentina” (2010), faz paralelos entre a política fascista do Estado Italiano, devidamente constitucionalizada, e a repressão sul-americana, também amparada por dispositivos jurídicos para ter ares de democracia e/ou legitimidade. Com extremo didatismo, e guardando as devidas diferenças e proporções, permite o vislumbrar da “sobrevivência de instituições jurídicas estatais” no âmbito da política ditatorial brasileira. O recado de Pereira é instigante e necessário para a sociedade brasileira e vizinhos latinos.

Entretanto, ainda faltavam produções que melhor situassem a realidade amazônica. No Norte do Brasil, com destaque para o Estado do Pará, por ocasião dos 40 anos, não há ecos de ações vultosas, com exceção da publicação de “1964. Relatos subversivos: os estudantes e o golpe no Pará”. 10 anos depois, em 2014, houve um sopro de investimentos. Momento em que as zonas de silêncio (VELARDE, 2012) começam a quebrantar. Com a criação da Comissão Nacional da Verdade, em maio de 2012, alguns setores mobilizaram-se. Assim, o Pará foi palco da criação de três comissões para ouvir testemunhas do período, são elas: a Comissão da Verdade dos Jornalistas do Pará (SINJOR-PA), a Comissão da Verdade César Leite, da Universidade Federal do Pará e a Comissão Estadual da Verdade. Esta última criada em setembro de 2014, pela Lei nº8.702/2014, mas com rumos incertos dada a falta de aparelhamento estrutural para funcionamento e historiadores de ofício para dar suporte à análise de dados.

Antes da culminância dos 50 anos, pulularam no Brasil eventos de História Oral, com mesas redondas, minicursos, conferências e rodas de conversas versando sobre o tema. No Pará, organizamos duas Rodas de Conversas com mulheres que vivenciaram o período ditatorial. Ambas na Feira Internacional do Livro de Belém, Pará, nos anos de 2012 e 2013.

Sobre a literatura especializada, ainda há necessidade de avanços, salvo honrosas exceções, tais como a publicação de “Chão de Promessas”, de Pere Petit (2003). Petit também é memorável ao dar conta das decisões políticas, com embustes geoestratégicos. O autor esquadrinha atitudes governamentais que modificaram paisagens sociais e políticas desde a exploração gomífera na região (no século XIX) até o advento da Nova República (1985).

Tony Leão da Costa, em 2008, intitulou sua dissertação de mestrado com “Música do norte: intelectuais, artistas populares, tradição e modernidade na formação da “MPB” no Pará (anos 1960 e 1970)”. Gestado na Faculdade de História, da Universidade Federal do Pará, o autor mapeou autoritarismos travestidos de decretos institucionais. Valendo-se de sujeitos pouco percebidos pelos tradicionais, Costa recorreu aos métodos e teorias da História Oral para capturar, analisar e produzir sobre a sabedoria popular do Pará.

Raquel Cunha, em 2008, no Trabalho de Conclusão de Curso, para delimitar os informantes de sua pesquisa, enveredou no tema de forma menos comprometida com os tradicionais. Trouxe para as luzes da cena um padre teatrólogo, por exemplo. Com roteiro de perguntas orientadas pela Antropologia Social, Cunha apontou para um entendimento da cidade de Belém à época do golpe. Destarte, intitulou seu artigo com o sugestivo título de “Um olhar à cidade de Belém sob o Golpe de 1964: paisagens e memórias de estudantes e artistas”. A autora também se dedicou acarear textos orais e discursos jornalísticos. Além de contribuir com cenário da escrita por evidenciar a participação feminina naqueles tempos: Violeta Loureiro, estudante à época do golpe, foi mostrada como ativista política e, acima de tudo, *mulher* à frente de seu tempo.

No ano de 2011, Carlos Eduardo dos Santos e Santos produziu pelo Programa de Pós-Graduação em História Social da Amazônia da Universidade Federal do Pará a pesquisa denominada “Do Ponto de Vista da Caserna: Memórias do Cotidiano e Experiências de Militares da Aeronáutica em Belém Durante o Regime Militar (1964-1985)”. Seu trabalho privilegiou como sujeitos de análise os próprios militares. Assim as arbitrariedades ganham outras perspectivas, diferentes, é claro, do que dizem as vozes oposicionistas ao poder instituído. O mérito daquela pesquisa reside no fato de recorrer aos atores contemporâneos ao regime.

De posse destas leituras, senti a necessidade de visibilizar experiências de outros sujeitos capazes de produzir maior entendimento acerca do cotidiano conflituoso vivenciado nos tempos de exceção na Amazônia Paraense. Optei em dar ouvidos aos

testemunhos de sujeitos culturais antagônicos ao golpe como porta-vozes daquele período. Elenquei, para este artigo, alguns aspectos das vivências de José Seráfico de Carvalho.

Hoje, parafraseando o poeta, às vésperas de meio século daquela *página infeliz da nossa história*, constato que se, de um lado, os golpistas lançaram mão da truculência para pôr fim aos ímpetus juvenis dos estudantes paraenses naquele fatídico abril de 1964, assim agiram movidos pela ingenuidade de que seria possível um projeto de poder isento de contradições internas e quadros oposicionistas aquele regime instalado. De outro lado, é preciso considerar a dimensão humana e histórica de personagens como José Seráfico. Este, com sua trajetória de vida amalgamada pelas memórias dolorosas, insiste em reencenar o passado para evitar repetições das cenas traumáticas que centenas de jovens experimentaram (Sarlo, 1997). É possível avançar nos fronts com táticas de guerrilha, como bem ensina Certeau (1994). Mas é a partir do momento em que eu possa gritar pela ajuda de outros indignados políticos, como Seráfico e outros tantos, que terei êxito.

## REFERÊNCIAS

- ARNS, Paulo Evaristo. **Brasil: nunca mais**. Petrópolis: Vozes, 1985.
- AQUINO, Maria de Aparecido. **Censura Imprensa, Estado Autoritário (1968-78): o exercício cotidiano da dominação e da resistência O Estado de São Paulo e Movimento**. Bauru: Edusc, 1999.
- CARVALHO, José Seráfico de Assis. **Nosso pai João Seráfico**. Belém: Paka-Tatu, 2010.
- CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano**. Trad. Ephraim Ferreira Alves. Petrópolis: Vozes, 1994.
- COSTA, Tony Leão da. **Música do norte: intelectuais, artistas populares, tradição e modernidade na formação da “MPB” no Pará (anos 1960 e 1970)**. Programa de Mestrado em História Social da Amazônia da Universidade Federal do Pará. Belém (PA). 2008.
- CUNHA, Raquel; SILVEIRA, Flávio Leonel Abreu da. Um olhar à cidade de Belém sob o Golpe de 1964: paisagens e memórias de estudantes e artistas. **Illuminuras** (Porto Alegre), v. 10, p. 1-25, 2009. Disponível em <http://migre.me/qJgJo> - acesso em 26.01.2012
- DELGADO, Lucília de Almeida Neves. 1964: Temporalidades e Interpretações. In. REIS, Daniel Aarão; RIDENTI, Marcelo; MOTTA, Rodrigo Patto Sá (orgs.). **O golpe e a ditadura militar: 40 anos depois (1964-2004)**. Bauru (SP): Edusc, 2004, pp. 15-28.
- FICO, Carlos. A pluralidade das censuras e das propagandas da ditadura. In. REIS, Daniel Aarão; RIDENTI, Marcelo; MOTTA, Rodrigo Patto Sá. **O golpe e a ditadura militar: 40 anos depois (1964-2004)**. Bauru (SP). Edusc, 2004, pp. 265-276.
- GASPARI, Élio. **A ditadura encurralada**. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

\_\_\_\_\_. **A ditadura derrotada**. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

\_\_\_\_\_. **A Ditadura envergonhada**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

\_\_\_\_\_. **A Ditadura escancarada**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Tradução de Tomaz Tadeu da Silva e Guacira Lopes Louro. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

\_\_\_\_\_. **Da diáspora: identidades e mediações culturais**. Belo Horizonte: Editora UFMG; Brasília: Representação da UNESCO no Brasil, 2003.

KONRAD, Diorge Alceno & LAMEIRA, Rafael Fantinel. Campanha da Legalidade, Luta de Classes e Golpe de Estado no Rio Grande do Sul (1961-1964). **Revista do Programa de Pós-Graduação em História Anos 90**, v. 18, nº. 33, 2011, pp. 67-98.

KUSHNIR, Beatriz. Cães de guarda. In: REIS, Daniel Aarão; RIDENTI, Marcelo; MOTTA, Rodrigo Patto Sá. **O golpe e a ditadura militar: 40 anos depois (1964-2004)**. Bauru (SP). Edusc, 2004, pp. 249-264.

NELSON, Cary; TREICHLER, Paula A. e GROSSBERG, Lawrence. Estudos Culturais: uma introdução. In: SILVA, Tomaz Tadeu da (org.). **Alienígenas na sala de aula: uma introdução aos estudos culturais em educação**. 6ª. Ed. São Paulo: Vozes, 2005, pp. 07-38.

NUNES, André et. al. 1964. **Relatos subversivos: os estudantes e o golpe militar no Pará**. Belém: Edição dos Autores, 2004.

OLIVEIRA, Alfredo Oliveira. **Cabanos & Camaradas**. Belém: Alfredo Oliveira. 2010.

ORVIL. Disponível em <http://migre.me/r1KM4> - acessado em 12.02.2014.

PETIT, Pere; VELARDE, Jaime Cuéllar. **O golpe de 1964 e a instauração da Ditadura Civil-Militar no Pará: apoios e resistências**. Estudos Históricos (Rio de Janeiro), v. 25, 2012, pp. 169-189.

\_\_\_\_\_. **Chão de Promessas: elites políticas e transformações econômicas no estado do Pará pós-1964**. Belém: Paka-Tatu, 2003.

PORTELLI, Alessandro. Tentando aprender um pouquinho. Algumas reflexões sobre a ética na História Oral. In: **Projeto História 15**, São Paulo: EDUC, Abril/1997.

\_\_\_\_\_. Forma e significado na história oral. A pesquisa como um experimento de igualdade. In: **Projeto História 14**, São Paulo: EDUC, fevereiro/1997 a. p. 7-24.

\_\_\_\_\_. O que faz a história oral diferente. In: **Projeto História 14**, São Paulo: EDUC, Fevereiro/1997b. pp. 25-40.

REIS, Daniel Aarão. **Ditadura militar, esquerdas e sociedade**. São Paulo: Zahar, 2000.

RIDENTI, Marcelo. **O fantasma da revolução brasileira**. São Paulo: editora da Universidade Estadual Paulista, 1993.

SANTOS, Carlos Eduardo dos Santos e. **Do Ponto de Vista da Caserna: Memórias do Cotidiano e Experiências de Militares da Aeronáutica em Belém Durante o Regime Militar (1964-1985)**. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal do Pará: Belém. 2011.

SARLO, Beatriz. **Paisagens imaginárias: Intelectuais, Artes e Meios de Comunicação**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo. Trad. Rubia Prates e Sérgio Molina. 1997.

THOMSON, Alistair. Reconstituo a Memória: Questão sobre a relação entre História Oral e as memórias. In: **Projeto História 15**, PUC/São Paulo, Nov/1997, p. 51-71.

VECCHI, Roberto. A insustentável leveza do passado que não passa: sentimento e ressentimento do tempo dentro e fora do cânone modernista. In. BRESCIANI, Maria Stella e NAXARA, Márcia Regina C. (orgs.). **Memória e (res) sentimento**: indagações sobre uma questão sensível. Campinas: Ed. Unicamp, 2004.

VELARDE, Jaime Cuéllar. **No Crepúsculo**: Memórias Subversivas da Ditadura Civil-Militar na Amazônia Paraense (1964-85). Dissertação de Mestrado. Universidade da Amazônia (Unama). Belém-PA. 2012.

\_\_\_\_\_. **O Vermelho nas Letras de Jornais**: uma análise dos discursos anticomunistas na imprensa paraense (1961-64). Monografia de Conclusão de Curso de Especialização em Ensino de História do Brasil. Belém (PA): IDEPA, 2005.